

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE DIREITO**



PAULO AMORIM ALVES

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA
TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PESADO PARA O CAPITALISMO LEVE DA
MODERNIDADE LÍQUIDA: O PENSAMENTO CRÍTICO DE ZYGMUNT BAUMAN**

**Rio Grande
2016**

Paulo Amorim Alves

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA
TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PESADO PARA O CAPITALISMO LEVE DA
MODERNIDADE LÍQUIDA: O PENSAMENTO CRÍTICO DE ZYGMUNT BAUMAN**

Monografia apresentada ao Curso de
Direito da Universidade Federal do Rio
Grande como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sheila Stolz da
Silveira.

Rio Grande
2016

RESUMO

Nas últimas décadas do século XX emerge o debate sobre as mudanças na sociedade como um todo e, em especial, no mundo do trabalho, que vem sendo redesenhado pelo atual processo de reestruturação produtiva. Essas mudanças desencadearam uma série de consequências sociais com implicações no modo como os trabalhadores se constituem nas relações laborais na contemporaneidade, afetando as perspectivas associadas ao trabalho, sua qualificação, organização, formas de contratação, suas condições e a própria vida dos trabalhadores, inclusive com reflexos na própria sociabilidade humana, na organização e no sentimento de pertencimento de classe por parte dos trabalhadores. O objetivo deste trabalho, através de uma revisão literária, é abordar as reflexões do sociólogo polonês Zygmunt Bauman a respeito das transformações e do sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade a partir da transição da modernidade sólida do capitalismo pesado, marcada por pontos de referência, estabilidade e pela ideia de longa duração entre capital e trabalho, para a modernidade líquida do capitalismo leve, onde o trabalho assume, devido às transformações que passam obrigatoriamente pelo fenômeno da globalização e pela ideia de curta duração, configurações como flexibilidade, precariedade e temporariedade, produzindo modificações profundas na relação do trabalhador com o seu local de trabalho.

Palavras-chave: Bauman. Trabalho. Modernidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 PÓS-MODERNIDADE	7
3 O PENSAMENTO DE ZYGMUNT BAUMAN: UMA BREVE EXPOSIÇÃO	20
4 PELAS ENTRANHAS DA TRANSIÇÃO.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade. Tais transformações, ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas-chaves na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais o trabalho. Discute-se entre diversos pensadores, em que medida as mudanças na sociedade moderna se configurariam como uma nova forma social, denominada por alguns de sociedade pós-moderna.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, nossa época seria uma versão individualizada e privatizada da modernidade, caracterizada pela desregulamentação. Nela decompõem-se as forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política e, por conseguinte, observa-se o esfacelamento dos elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas.

O presente trabalho aborda as reflexões de Bauman sobre o sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade. O ponto precípua do debate se assenta na passagem da modernidade sólida (de modelos hegemônicos de conduta, instituições fortes, individualização, fronteiras, territorialidade, formação dos Estados-nação) para a fase líquida da modernidade (de poderes fluídos, Estados desregulamentados, individuação exacerbada, fronteiras dissipadas, desterritorialização, laços afetivos e nacionais frágeis).

Entendemos a análise do trabalho em Bauman como parte de uma reflexão sobre a modernidade, onde o trabalho é uma das arenas privilegiadas para a apreensão sociocultural das mudanças na relação indivíduo e sociedade. A escolha da tese de Bauman se deve não apenas à afinidade com as ideias do autor, mas, também, pela maneira penetrante de enfrentar questões essenciais da contemporaneidade, a saber, a dissolução das fronteiras, a globalização, o fim das ideologias e a fragilidade dos laços humanos, colocando em perspectiva a crise atual das relações laborais, enfatizando a prioridade dos trabalhadores de resgatar a ação coletiva e recuperar a política em um cenário de dissolução dos pontos de

referência e estabilidade característicos da modernidade sólida que asseguravam certo direcionamento para a construção individual da vida.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas de conceitos fundamentais das vertentes moderna e pós-moderna, além de fundamentos culturais, políticos, sociais e econômicos referentes a esses períodos.

Assim, no intuito de demonstrar os aspectos pertinentes ao assunto, dividimos nosso estudo em três capítulos.

O primeiro é dedicado à realização de uma radiografia daquilo que é conhecido como pós-modernidade, explicitando de onde veio e o que é que entendemos por pós-modernidade. Nossa tese, nesta parte do trabalho, é argumentar que as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais operadas no capitalismo a partir de meados dos anos 70 são o núcleo da aparição da “condição pós-moderna” e de profundas mudanças que afetaram diretamente o mundo do trabalho.

No segundo capítulo, abordaremos o paradigma da modernidade líquida, proposto por Bauman como ponto chave de leitura da atual fase da modernidade, apontando a diferença central entre a sociedade anterior, que ele chama de “modernidade sólida” e a vida contemporânea, na qual homens e mulheres estão enredados, a “modernidade líquida”.

No terceiro capítulo, mostra-se, enfim, o sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade e como se materializam as relações de trabalho na sociedade líquida moderna globalizada: um trabalho não mais baseado na estabilidade, na segurança de um contrato entre firma e funcionário e na aspiração a promoções que elevam o empregado na empresa. Hoje, o que conta é a disposição em correr riscos e abraçar o trabalho como algo que exige dinamismo, desprendimento e flexibilidade. A modernidade líquida enseja uma sucessão de escolhas que obstrui qualquer pretensão de solidificação, seja de enraizamento numa comunidade ou a estabilidade no local de trabalho.

Por fim, demonstraremos que, apesar de a modernidade líquida poder ser descrita como uma época de frustração, contemplando em seu arcabouço uma série de conflitos, divergências e questões que estão no cerne das angústias contemporâneas, onde o nível de individuação atingiu tal ponto que a atuação pública do cidadão ficou comprometida, para Bauman ela deve – ou deveria – ser

reflexiva e de resistência, sendo essencial recuperarmos o prestígio da política e reconquistarmos o espaço público, tarefa que exige a anuência de todos os trabalhadores e partícipes do coletivo que assistem à perda desse referencial da partilha do bem comum.

2 PÓS-MODERNIDADE

Antes de iniciarmos a abordagem de Zygmunt Bauman sobre o sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade e suas transformações a partir da transição do capitalismo pesado para o capitalismo leve da modernidade líquida, precisamos fazer uma radiografia, um esboço do que é a pós-modernidade, já que o autor, um dos mais originais pensadores da atualidade e referência para a compreensão de nosso presente momento histórico, participa diretamente dos debates em torno da condição (pós) moderna. Englobando em suas reflexões, além dos efeitos dessa transição no mundo do trabalho, também a crise que nos tempos atuais toma conta das relações sociais, da cultura e da política, Bauman entende o momento presente como a liquefação do projeto moderno, a modernidade líquida, como veremos mais adiante.

Primeiramente, precisamos destacar que a expressão “pós-modernidade”, abriga pontos de vista variados entre pensadores de diversas áreas do conhecimento, sendo utilizada através de múltiplos significados.¹

Possuindo uma gama de interpretações e variadas matizes teóricas que são muitas vezes incompatíveis ou até mesmo contraditórias entre os pensadores, pode-se dizer que não há a teoria da pós-modernidade, mas várias teorias pós-modernas, já que o termo “pós”, de pós-modernidade, é ambíguo, podendo significar um novo estado de coisas, no sentido do que vem depois; ou pode ser usado como o *post* de *post-mortem*, sugerindo fim, término. Harvey assim expressa a dificuldade de captar o sentido desse termo:

Quanto ao sentido do termo, talvez só haja concordância em afirmar que o “pós-modernismo” representa alguma espécie de reação ao “modernismo” ou de afastamento dele. Como o sentido de modernismo também é muito

¹ Assim, em razão da difícil distinção e definição dos termos, faremos nesse trabalho o uso indiscriminado das expressões “pós-moderno”/“pós-modernismo”, assim como de “moderno”/“modernismo”, de acordo com a tradição corrente de seus usos, pois [...] “Não há uma tradição de uso a que possamos recorrer para diferenciar de forma coerente ‘pós-modernidade’ e ‘pós-modernismo’. Ambos são usados mais ou menos um pelo outro. Poderíamos preferir, na analogia com modernidade, reservar pós-modernidade para o conceito social e político mais geral, e pós-modernismo para o seu equivalente cultural. Mas isso se chocaria com o uso corrente, que se recusa a fazer uma distinção analítica tão nítida - se recusa, na maioria dos casos, a fazer qualquer distinção”. (KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 112-113).

confuso, a reação ou afastamento conhecido como “pós-modernismo” o é duplamente.²

Alguns autores questionam se há uma linha divisória entre o nosso cenário contemporâneo e os momentos históricos que o antecederam. Segundo João Evangelista:

Não há consenso quanto à consistência dos valores pós-modernos representarem uma continuidade ou uma ruptura com o modernismo; se constituem um estilo ou uma periodização histórica; se são revolucionários e inovadores ou uma domesticação do modernismo; se consistem numa crítica ou numa integração à política neoconservadora hegemônica no mundo e, enfim, se configuram uma reestruturação radical da sociedade – superando o período industrial – ou se são exatamente a lógica cultural do capitalismo avançado.³

Para Harvey, apesar das diferenças, as transformações em curso não significam uma ruptura, pois

[...] há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico [...].⁴

Já Santos assinala que:

[...] a relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é de ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade.⁵

Anthony Giddens prefere afirmar que vivemos em uma “modernidade tardia” ou numa “modernidade radicalizada”, onde as consequências da modernidade estão mais radicalizadas e universalizadas. Segundo ele:

² HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. br. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 19.

³ EVANGELISTA, João Emanuel. *Teoria social pós-moderna: introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 77.

⁴ HARVEY, 1996, op. cit., p. 111.

⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 103.

A ruptura com as concepções providenciais de história, a dissolução da aceitação de fundamentos, junto com a emergência do pensamento contrafactual orientado para o futuro e o “esvaziamento” do progresso pela mudança contínua, são tão diferentes das perspectivas centrais do Iluminismo que chegam a justificar a concepção de que ocorreram transições de longo alcance. Referir-se a estas, no entanto, como pós-modernidade, é um equívoco que impede uma compreensão mais precisa de sua natureza e implicações. As disjunções que tomaram lugar devem, ao contrário, ser vistas como resultantes da auto-elucidação do pensamento moderno, conforme os remanescentes da tradição e das perspectivas providenciais são descartados. Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém, estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua **radicalização**.⁶ [grifei]

Sendo assim, o “pós” de “pós-modernidade” não pode denotar, de fato, ruptura ou esgotamento da modernidade, não pode significar seu obituário, mas, ao contrário, revela uma crise *na* modernidade (portanto, jamais uma crise *da* modernidade), revela, digamos, um modo de “experimentar” a modernidade. Isto significa que podemos tomar o conceito de “pós-modernidade”, enquanto tentativa de caracterização da cultura contemporânea, como sintoma da crise na modernidade.

Por outro lado, Habermas compreende a modernidade como um “projeto inacabado”, sugerindo que “deveríamos aprender com os desacertos que acompanham o projeto”.⁷ A pós-modernidade para o autor não seria o fim da modernidade, mas o desencanto da modernidade com o que não deu certo.

Embora sem a certeza de ser um rompimento brusco com a modernidade ou apenas uma radicalização das consequências desta última como afirma Giddens, podemos caracterizar e compreender a pós-modernidade como um momento peculiar de reação, de novos sentimentos, de uma nova consciência, um momento de contestação e reflexão sobre as origens e desvios da modernidade, o que fica bem demonstrado pelo fato de que muitos aspectos até então aceitos tranquilamente no ápice da cultura moderna se encontrarem numa crise de grandes proporções. Rouanet nos é muito útil para encerrar e refletir acerca do debate da existência ou não de uma linha divisória ou ruptura representada na pós-modernidade.

⁶ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 56-57.

⁷ HABERMAS, Jürgen. “Modernidade – um projeto inacabado”. In: ARANTES, O. & ARANTES, P.: *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 118.

Se é verdade que não há ruptura com a modernidade, nem em sua dimensão social nem em sua dimensão cultural, é também verdade que existe uma clara consciência de ruptura, e é isso que se trata de entender agora. Por que tantos críticos e artistas perfeitamente inteligentes estão convencidos de estarem vivendo uma guinada histórica comparável a que introduziu a modernidade, há quase 200 anos? Creio que o que está em jogo é o seguinte: depois da experiência de duas guerras mundiais, depois de Auschwitz, depois de Hiroshima, vivendo num mundo ameaçado pela aniquilação atômica, pela ressurreição dos velhos fanatismos políticos e religiosos e pela degradação dos ecossistemas, o homem contemporâneo esta cansado da modernidade. Todos esses males são atribuídos ao mundo moderno. Essa atitude de rejeição se traduz na convicção de que estamos transitando para um novo paradigma. O desejo de ruptura leva à convicção de que essa ruptura já ocorreu, ou está em vias de ocorrer. Se é assim, o prefixo pós tem muito mais o sentido de exorcizar o velho (a modernidade) que de articular o novo (o pós-moderno). O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época que parece extinguir-se ingloriamente que o hino de júbilo de amanhã que despontam. À consciência pós-moderna não corresponde uma realidade pós-moderna. Nesse sentido, ela é um simples mal estar da modernidade, um sonho da modernidade. É literalmente, falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve. Ao mesmo tempo, é consciência verdadeira, por que alude, de algum modo, às deformações da modernidade. Fantasiando uma pós-modernidade fictícia, o homem esta querendo despedir-se de uma modernidade doente, marcada pelas esperanças traídas, pelas utopias que se realizaram sob a forma de pesadelos, pelos neofundamentalismos mais obscenos, pela razão transformada em poder, pela domesticação das consciências no mundo industrializado e pela tirania da política e pela pobreza absoluta nos 3/4 restantes do gênero humano. Essa é a verdade do pós-moderno. Sua ilusão é a tentativa de reagir às patologias da modernidade através de uma fuga para frente, renunciando a confrontar-se concretamente com os problemas da modernidade. Elas ficam para trás, no cinzento país do moderno. É mais fácil refugiar-se num pós-moderno contracultural, verde e com crescimento zero, ou num pós-moderno anárquico, pluralista, em processo de construção permanente, ou num pós-moderno eletrônico, povoado por lasers, vídeos e conjuntos de rock.⁸

Perry Anderson (1999) aponta ter sido Frederico de Onís o primeiro a usar o termo “pós-modernismo”. Foi no mundo hispânico, na década de 30, porém com um significado bastante distante daquele que se tem hoje. Segundo Anderson, nas décadas subsequentes o termo foi utilizado com várias significações em diversas áreas do saber. A origem do conceito “pós-moderno” está associada ao período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 1960, início da década de 1970 (para Harvey, algum ponto entre 1968, com o movimento que seria “o arauto cultural e político da subsequente virada para o pós-modernismo”⁹, e 1972).

⁸ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.268-269.

⁹ HARVEY, 1996, op. cit., p. 44.

Nas décadas de 60 e 70 ampliou-se o sentimento antimoderno e a desilusão com o projeto iluminista.¹⁰ Diversos pensadores anunciam a emergência da pós-modernidade e do pensamento pós-moderno nessas décadas de grandes transformações em diversos aspectos. No início do seu livro “Condição pós-moderna”, Harvey afirma que “vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972.”¹¹

Fredric Jameson considera os anos 60 como o início da pós-modernidade, entendida por ele como lógica cultural do capitalismo tardio. Mas apenas a partir da década de 70 que o debate em torno do tema torna-se mais inflamado. As raízes da discussão encontram-se na crise cultural, política e econômica que se faz sentir, principalmente a partir do pós-guerra, originando uma nova organização social chamada por alguns autores de sociedade “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

O processo de produção fordista passou a sofrer na década de 70 uma mudança acompanhada de grande fluidez e incerteza durante um período de verdadeira transição cultural para o que é denominado pós-modernismo. O impacto dessas transformações afetou diretamente o mundo do trabalho e a organização social tipicamente industrial. Assim, pode-se afirmar que há uma estreita proximidade entre a teoria pós-moderna e a sociedade pós-industrial, já que ambas estão associadas ao impacto das transformações ocorridas a partir da década de 70.¹²

¹⁰ Acontecimentos como o Renascimento Cultural e Científico, a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa são considerados marcos importantes, trazendo mudanças cruciais principalmente no âmbito religioso, filosófico e político que foram responsáveis pela emergência de uma nova mentalidade de sentir e pensar o mundo. O grande propagador do projeto da modernidade e disseminador da ideia de que através da razão o homem poderia construir uma nova ordem racional rumo ao progresso foi o Iluminismo, movimento intelectual, filosófico, político, ideológico e cultural deflagrado no século XVIII. Segundo Harvey: “O pensamento iluminista abraçou a ideia de progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões. Ele levou a injunção de Alexander Pope de que ‘o estudo próprio da humanidade é o homem’ muito a sério. Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado. Abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e razão universal.” (HARVEY, 1996, op. cit., p. 23)

¹¹ Ibid., p. 07.

¹² “Embora as raízes dessa transição sejam, evidentemente, profundas e complicadas, sua consistência com uma transição do fordismo para a acumulação é razoavelmente clara, mesmo que a direção (se é que há alguma) da causalidade não o seja. Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo.” (Ibid., p. 161)

A partir de meados da década de 1960, o padrão de desenvolvimento fordista edificado a partir do pós-guerra começa a dar os primeiros sinais de seu colapso.¹³ Segundo Harvey, ao longo do período pós-guerra

[...] o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remoto. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas.¹⁴

O chamado Estado de Bem-Estar Social reconheceu certos direitos, garantias e interesses dos trabalhadores através de um grande pacto sociopolítico-econômico entre capital, trabalho e o Estado, denominado por diversos autores como “compromisso fordista.”¹⁵ Concedendo proteção social aos trabalhadores, propiciou serviços públicos universalizados, leis e garantias sociais e trabalhistas, elevação nos salários e negociações coletivas vantajosas através de um forte intervencionismo, assumindo uma variedade de obrigações.¹⁶

Com a crise econômica dos anos 1970, aprofundada com a crise (choque) do petróleo em 1973, o modelo fordista/keynesiano passou a ser questionado e qualificado como ineficaz. Era a ruína das “três décadas douradas do Welfare State”, iniciando-se, segundo Antunes,

¹³ “Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”. (HARVEY, 1996, op. cit., p. 119)

¹⁴ Ibid., p. 125.

¹⁵ Segundo Harvey, “o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e os processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso - resultou de anos de luta.”(Ibid., p. 125)

¹⁶ “Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção”.(Ibid., p. 129)

[...] um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...].¹⁷

As conquistas do Estado de Bem-Estar Social foram sendo gradativamente eliminadas, momento que marca a passagem do capitalismo de Bem-Estar Social, baseado na rigidez do modelo fordista/keynesiano, para o Neoliberal, caracterizado por um modelo inteiramente novo de acumulação e regulamentação denominado por Harvey de acumulação flexível.¹⁸

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle de trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição a 'friccional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.¹⁹

Segundo Harvey, o mercado de trabalho e sua organização, a tecnologia e o setor produtivo passaram nesse período por uma radical e intensa reestruturação.

¹⁷ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Bomtempo, 2009, p. 33.

¹⁸ Segundo Kumar, Harvey "trata 'a condição de 'posmodernidade' através de uma série de contrastes entre o que denomina de 'modernidade fordista' e posmodernidade flexível'" (KUMAR, 1997, op. cit., p. 131)havendo, assim, uma convergência ou complementariedade entre a cultura pós-moderna e a sociedade pós- industrial.

¹⁹ HARVEY, 1996, op. cit., p. 140-141.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como nove dias corridos ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontrado.²⁰

A configuração de novos cenários econômicos e sociais abriu espaço para a geração de novas necessidades e desejos, despertando a possibilidade de novas abordagens culturais. Assim, o questionamento aos pilares da razão moderna e das suas utopias emancipatórias e o desmonte dos projetos políticos orientados pelo Iluminismo emergiram também em meio aos vários movimentos e revoltas contraculturais com exigências democráticas e libertárias dos anos 60, como as revoltas estudantis de Maio de 68, inclusive com forte repúdio ao trabalho alienante e massificado das fábricas por parte dos movimentos operários. As minorias colocaram em pauta questões relativas à pluralidade, sexualidade, liberdade e democracia, contrariando as bases sólidas e racionais autocráticas da política e cultura moderna através da incorporação de novos atores e novas formas plurais micrológicas e específicas de atividade política. Segundo Harvey, as contraculturas

Antagônicas as qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado (incluindo ados partidos políticos e sindicatos burocratizados), exploram os domínios da auto-realização individualizada por meio de uma política distintivamente “neo-esquerdista” da incorporação de gestos antiautoritários e de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana. Centrado nas universidades, institutos de arte e nas margens culturais da vida da cidade grande, o movimento se espalhou para as ruas e culminou numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim na turbulência global de 1968. Foi quase como se as pretensões universais da modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional e, portanto, global, à hegemonia da alta cultura modernista.²¹

²⁰ HARVEY, 1996, op. cit., p. 143.

²¹ Ibid., p. 44.

É dentro desse cenário de grandes transformações que surgem as primeiras obras tidas como pós-modernas, a exemplo do livro intitulado “A condição pós-moderna”, de Jean-François Lyotard, publicado em 1979, ponto crucial para a expansão do uso do conceito pós-moderno na teoria social e responsável por fazer surgir a crítica pós-moderna à modernidade.

De acordo com Lyotard, a condição pós-moderna exprime uma evaporação, uma incredulidade referente aos metarrelatos ou “narrativas empolgantes” que pretendiam levar a humanidade para um mundo de liberdade e auto realização. À medida que as expectativas criadas na modernidade não se realizaram, criou-se uma desilusão referente aos grandes discursos e esquemas totalizantes de interpretação do século XIX que se pretendiam esclarecedores e emancipadores da condição histórica, econômica, social e cultural do homem no Ocidente e que os levaria rumo ao progresso e a perfectibilidade. Segundo o autor, o descrédito em relação às metateorias de grande envergadura (*grands récits*), como as de Marx e Freud de caráter unitário e linear e a falência das pretensões de legitimação através delas estão no fundamento da condição pós-moderna e da crise da modernidade.

O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era [pós-industrial], caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. [...]

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos.”²²

De acordo com Kumar:

Este eco de pós-fordismo não é de todo tranquilizador como reconhece o próprio Lyotard. Deixa espaço para a exploração e insegurança, e não só para flexibilidade e liberdade. Mas, para ele, sugere as formas que o futuro assumirá. Nada mais de organizações e instituições permanentes, encaixadas na estrutura rígida da nação-estado. Nada mais de ideologias “totalizadoras”, estabelecendo metas distantes dentro do conceito de esquemas pseudocientíficos para o futuro. Em vez disso, uma rede de comunidades frouxamente ligadas, inventando suas próprias formas de vida e descobrindo meios próprios para expressá-las [...].²³

Assim, ao contrário das utopias modernas, a pós-modernidade é marcada pelo vazio, pelo relativismo e niilismo, uma crise dos conceitos absolutos

²² LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. Introdução, p. VIII-XVI.

²³ KUMAR, 1997, op. cit., p. 147.

ordenadores da Modernidade, o que impede uma pretensa busca de um futuro melhor. Segundo Kumar:

História e progresso, verdade e liberdade, razão e revolução, ciência e industrialismo, tais são os termos principais das “narrativas grandiosas” da modernidade que os pós-modernistas desejam destinar à lata de lixo da história.²⁴

Considerando isto, argumenta David Harvey:

Mas se [...] não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir corretamente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas e ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentarmos engajar em algum projeto global.²⁵

A pós-modernidade identifica-se com a emergência de novos paradigmas, não mais orientados pela sobrecarga moral predominante na modernidade, pelo caráter totalizante, hierárquico e com bases ontológicas, baseados em padrões normativos, como “Razão”, “Totalidade”, “Legitimidade”, “Universalidade”, “Sujeito”, “Progresso”, etc., mas sim com a busca de novos caminhos, novas liberdades, novas bases éticas e comportamentais através do repúdio às realidades utópicas e transcendentais. A pátria, o Estado, a igreja, a família, o partido, a ideologia, o exército, o trabalho, o saber, o poder, todos antes absolutos, intangíveis e inquestionáveis, referenciais ordenadores responsáveis pelo planejamento racional e por traçarem um rumo definido à sociedade, perdem sua credibilidade e cresce, assim, o deserto de referenciais e a sensação permanente de caos e vazio. Para o filósofo Gilles Lypovetsky:

É a anexação cada vez mais ostensiva das esferas da vida social pelo processo de personalização e o recuo concomitante do processo disciplinar que nos leva a falar de sociedade pós-moderna, ou seja, de uma sociedade que generaliza uma das tendências da modernidade inicialmente minoritária. Sociedade pós-moderna, maneira de significar a virada histórica dos objetivos e das modalidades de socialização, no momento sob a égide de dispositivos abertos e plurais; maneira de dizer que o individualismo hedonista e personalizado tornou-se legítimo e já não encontra oposição;

²⁴ KUMAR, 1997, op. cit., p. 96.

²⁵ HARVEY, 1996, op. cit., p. 55.

maneira de dizer que a era da revolução, de escândalo, da esperança futurista, inseparável do modernismo, está acabada.²⁶

No mesmo sentido, argumenta Kumar:

O importante parece ser que não pode haver agora qualquer causa nobre pela qual lutar. [...]. A política, sob a forma do fracasso do comunismo e de outras experiências explicitamente ideológicas de reconstrução social, minou a confiança em sua capacidade de reformar o mundo. Os disparates espalharam-se agora também pelo liberalismo. O indivíduo racional, autônomo da teoria liberal foi dissolvido -“desconstruído”- em uma multiplicidade de pessoas parcialmente coincidentes e mutuamente incompatíveis, com diferentes identidades e interesses. A perseguição racional de objetivos por indivíduos que consultam seus interesses e maximizam a utilidade tornou-se uma quimera. A questão, interesse pelo que e de quem, aplica-se devidamente segundo se alega, tanto ao indivíduo multicéfalo quanto a sociedade pluralista. Nessas condições a “razão” ou a “verdade” tornam-se impossíveis, porque são objetivos irrealis.²⁷

Politicamente, isso significa que em tempos pós-modernos, torna-se indispensável o abandono das grandes utopias, dos grandes discursos e problemas.²⁸ Sem as tradicionais referências e princípios norteadores, inspiradores e reguladores do agir humano que guiavam e balizavam a vida moderna, dá-se uma crise de referências, pois

estariamos diante do predomínio de um princípio esvaziador que atuaria em todas as esferas do mundo e da sociedade moderna, envolvendo suas instituições e suas formas simbólicas e imaginárias. Assim, por exemplo, estaria se processando a desreferencialização do real, a desmaterialização da economia, a desestetização da arte, a desconstrução da filosofia, a despolitização da sociedade e a dessubstancialização do sujeito. Ou seja, tudo o que existe estaria marcado pela efemeridade, pela fragmentação, pelo descentramento, pela indeterminação, pelo ecletismo das diferenças e pelo caos paradoxal.²⁹

Percebemos, portanto, que nas décadas de 60 e 70, a sociedade passou por diversas crises e transformações de cunho social, político, cultural, tecnológico e

²⁶ LIPOVETSKI, Gilles. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo: Manole, 2005, XVII. (a introdução da obra é em números romanos).

²⁷ KUMAR, 1997, op. cit., p. 145.

²⁸ Em relação a isso, Perry Anderson afirma: “O triunfo universal do capital significa mais do que simplesmente uma derrota para todas aquelas forças outrora dispostas contra ele, embora seja isso também. Seu sentido mais profundo está no cancelamento das alternativas políticas. [...] A possibilidade de outras ordens sociais era um horizonte essencial do modernismo. Uma vez desaparecido esse horizonte, surge em seu lugar algo como o pós-modernismo”. (ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999)

²⁹ EVANGELISTA, João Emanuel “Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna”. In: *Revista Novos Rumos*, São Paulo, nº 34, 2001, p. 30.

econômico e que afetaram diretamente o mundo do trabalho, as quais são o núcleo da aparição da “condição pós-moderna”, definida de maneira completa e enriquecedora em diversos aspectos pela professora Mavi Rodrigues e que nos servirá como encerramento do presente tema:

O pós-modernismo está presente também naquelas análises que buscam afirmar as novas qualidades da política que, distinta daquela que prevaleceu na modernidade, não teria mais atores ou sujeitos políticos universais - as classes trabalhadoras e o partido proletário-, mas grupos particulares: mulheres, homossexuais, minorias étnicas que, nos interstícios da vida cotidiana, lutariam contra um poder não mais localizado no Estado, mas disperso por toda a sociedade civil. Na instância econômica, a referência ao pós-moderno se encontra vinculada ao anúncio do nascimento de uma sociedade pós-industrial que substitui a produção de bens físicos pela provisão de serviços; uma nova sociedade, informatizada, na qual predomina um jogo de liberdade e estetização da vida. No âmbito da produção de conhecimento, o termo pós-moderno diz respeito, particularmente, às teses que sustentam a crise dos paradigmas nas ciências sociais e o surgimento de uma nova ciência que não se legitimaria mais pela elaboração de sínteses homogeneizadoras, mas sim pela atenção creditada ao paradoxal, às diferenças e ao ininteligível. Nesta perspectiva, encontramos não só a ênfase no efêmero, no fragmentário, como também uma ardorosa crítica às metanarrativas e à objetividade científica. Na esfera estética, o pós-modernismo é utilizado para anunciar o despontar de uma arte que, se regozijando com o apagar das fronteiras entre a alta cultura e a cultura de massas, prima pelo ecletismo de estilos e o uso da montagem e da colagem, ou, ainda, para, em nome da democratização da arte, valorizar a criação de obras abertas que, minimizando o poder autoral do artista, estimulariam o público a participar também da produção de significação e sentidos.³⁰

A pós-modernidade pode ser traçada então, como a época das incertezas, da transitoriedade, da fluidez, da volatilidade, do fugidio, das fragmentações, da troca de valores, do vazio, do niilismo, da deserção, do imediatismo, da efemeridade, da descontinuidade, do hedonismo, da substituição da ética pela estética, do narcisismo, da apatia, do consumo e coleção de sensações e experiências e do fim dos grandes discursos, uma época de grande mudança no sentimento, traduzida de maneira bastante rica e peculiar na obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

Referência na abordagem desse momento histórico e autor central no presente estudo, ele nos mostrará o sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade, demonstrando, através das metáforas da “Modernidade líquida” e da “Modernidade sólida”, como as mudanças expostas acima, principalmente as de

³⁰ RODRIGUES, Mavi Pacheco. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 19-20.

cunho econômico, trazidas pelo novo “capitalismo leve” e flexível, afetaram o mundo do trabalho, a classe trabalhadora e seu plano simbólico.

Bauman coloca em perspectiva a crise atual das relações laborais, demonstrando a prioridade da recuperação da política nesse cenário (pós) moderno onde os trabalhadores perdem, não só em termos de autonomia e de competência para a ação, mas também, devido ao enfraquecimento e abertura do Estado-Nação, em termos de substância democrática.

3 O PENSAMENTO DE ZYGMUNT BAUMAN: UMA BREVE EXPOSIÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX a vida social tem sido submetida a um complexo de transformações. Essas mudanças levam uma gama de críticos e teóricos a afirmarem que estaríamos diante de uma “crise paradigmática da modernidade”, em meio a transformações tão vastas e fundamentais a ponto de merecerem um novo nome, sociedade “pós-moderna”.

Todas essas novas transformações, novos problemas e dilemas enfrentados pela humanidade foram captados através de diferentes matizes teóricas e perspectivas, o que demonstra a complexidade social dessas mudanças e de suas dimensões.

Em comparação e discordância às denominações de outros pensadores referentes ao mesmo momento histórico presente, como “pós-modernidade”, “hipermodernidade” (Gilles Lipovetsky), “segunda modernidade” ou “modernidade reflexiva” (Ulrich Beck), “alta-modernidade”, “modernidade tardia”, “modernidade radicalizada” (Anthony Giddens) e outros, Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, atualmente professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia, radicado na Inglaterra, autor de uma rica e prolífica obra, escolhe o termo “modernidade líquida” como chave de interpretação e guarda-chuva analítico da modernidade, englobando em suas reflexões os mais diversos temas como o amor, a vida, o medo e o tempo, participando, como já dissemos, diretamente dos debates em torno da condição (pós) moderna e da crise que nos tempos atuais toma conta das relações sociais, da cultura e da política. Bauman procura deixar claro que a “pós-modernidade” é a condição atual da modernidade, utilizando o termo para caracterizar a cultura contemporânea e as mudanças de cunho político, social e econômico das três últimas décadas do século XX. Conforme o autor³¹:

[...] A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se auto-

³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999a, p. 288.

monitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente.³²

Assim, para Bauman, a modernidade líquida não significa o fim da modernidade, mas sua atual fase. Segundo o autor, o momento presente pode ser caracterizado como a era da liquefação do projeto moderno, conforme explicação em entrevista para Maria Lúcia Pallares-Burke:³³

Diferentemente da sociedade moderna anterior, que chamo de “modernidade sólida”, que também tratava sempre de desmontar a realidade herdada, a de agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo está agora sendo permanentemente desmontado mas sem perspectiva de alguma permanência. Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora da “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna: como os líquidos, ela caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades “auto-evidentes”. Sem dúvida a vida moderna foi desde o início “desenraizadora”, “derretia os sólidos e profanava os sagrados”, como os jovens Marx e Engels notaram. Mas enquanto no passado isso era feito para ser novamente “reenraizado”, agora todas as coisas — empregos, relacionamentos, know-hows etc. — tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis. A nossa é uma era, portanto, que se caracteriza não tanto por quebrar as rotinas e subverter as tradições, mas por evitar que padrões de conduta se congelem em rotinas e tradições.³⁴

Segundo Bauman, a modernidade sólida tinha como projeto o controle do mundo pela razão, o fundamento no qual o mundo deveria ser organizado e tornado melhor. O projeto moderno objetivava o melhoramento, o progresso, a segurança, a

³² “Anthony Giddens e Ulrich Beck são os defensores mais conhecidos da opinião de que as sociedades modernas, embora não seja útil considerá-las “pós-modernas”, chegaram a um estado de “alta” ou “radicalizada” modernidade, no qual a característica dominante é um elevado grau de “reflexividade”. Com isso, eles querem dizer que as sociedades modernas chegaram a um ponto em que são obrigadas a refletir sobre si mesmas e que, ao mesmo tempo, desenvolveram a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si mesmas.[...]. A modernidade tem de fazer agora um inventário de si mesma e tornar-se autoconsciente de seu futuro.” (KUMAR, 1997, op. cit., p. 152)

³³ “Quero deixar claro desde o início que chamo de “modernidade” um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII como uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista). Portanto modernidade, da forma como emprego o termo, de modo algum é idêntica a modernismo. Este é uma tendência intelectual (filosófica, literária, artística) que - como origem remontável a muitos eventos intelectuais específicos da era precedente - alcançou sua força integral no início deste século e que em retrospecto poder ser vista (por analogia com o Iluminismo) como um “projeto” de pós- modernidade ou estágio preliminar da condição pós- moderna. Com o modernismo, a modernidade voltou o olhar sobre si mesma e tentou atingir a visão clara e a autopercepção que por fim revelariam sua impossibilidade, assim pavimentando o caminho para a reavaliação pós-moderna. (BAUMAN, 1999a, op. cit., p. 299-300)

³⁴ Pallares -Burke, 2004, p.321-322.

ordem e a emancipação através de formas racionais de organização social.³⁵ O projeto de vida dos indivíduos era erguido passo a passo de forma planejada dentro de um vínculo com a ordem social.

O “Projeto Moderno”, se é que ele existiu, seguiu-se à exigência de ordem: firmeza e clareza das leis que governam a sociedade de alto a baixo e, com isso, garantir a previsibilidade, transparência e certeza tão nítida e dolorosamente ausente da condição humana.³⁶

A modernidade vivia em um estado de ruptura e fragmentações, em um processo de invenção e reinvenção, de “criação e destruição criativa”, destronando os antigos sólidos para a construção de novos.³⁷ Segundo Bauman:

[...] tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os sólidos e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos, para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável. [...] Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por sua vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável.³⁸

Bauman afirma que, ao contrário da antiga modernidade que desacomodava a fim de reacomodar, o momento atual da modernidade, fluida e flexível, possui

³⁵ Segundo Harvey, o objetivo desse projeto “era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade, e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.” (HARVEY, 1996, op. cit., p. 23)

³⁶ BAUMAN apud BITTENCOURT, 2011, p. 1.

³⁷ David Harvey caracteriza muito bem a mentalidade de como os modernos pensavam, experimentavam e vivenciavam o mundo: “Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e contingente, há algumas profundas consequências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido e de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.” (HARVEY, 1996, op. cit., p. 22)

³⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.10-11.

novos traços, onde as forças ordenadoras responsáveis pela ressignificação e reinserção dos antigos sólidos estão dissolvidas.

Duas características, no entanto, fazem nossa situação – nossa forma de modernidade – nova e diferente. A primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim no caminho em que andamos, um telos alcançável da mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflito em todos ou alguns de seus aspectos postulados: do firme equilíbrio entre oferta e procura e a satisfação de todas as necessidades; da ordem perfeita, em que tudo é colocado no lugar certo, nada que esteja deslocado persiste e nenhum lugar é posto em dúvida; das coisas humanas que se tornam totalmente transparentes porque se sabe tudo o que deve ser sabido; do completo domínio sobre o futuro – tão completo que põe fim a toda contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas. A segunda mudança é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes. O que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (“individualizado”), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos. [...].³⁹

A modernidade líquida desacomoda sem a intenção de reacomodar, abrindo espaço para um mundo cheio de incertezas e a banalização das experiências por parte dos indivíduos, onde tudo, abruptamente, pode adquirir novas formas. Conforme o autor:

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas - os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro.⁴⁰

Segundo Bauman, uma das forças da modernidade sólida que servia como ponto estável de orientação, padrão de dependência e interação, contribuindo para o estabelecimento da ordem, da segurança e da coesão era o trabalho.

Quaisquer que tenham sido as virtudes que fizeram o trabalho ser elevado ao posto de principal valor dos tempos modernos, sua maravilhosa, quase

³⁹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 37-38.

⁴⁰ Ibid., p. 12.

mágica, capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório certamente está entre elas. Graças a essa capacidade, foi atribuído ao trabalho um papel principal, mesmo decisivo, na moderna ambição de submeter, encilhar e colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsível (e portanto controlável) sequência dos eventos. Ao trabalho foram atribuídas muitas virtudes e efeitos benéficos, como, por exemplo, o aumento da riqueza e a eliminação da miséria; mas subjacente a todos os méritos atribuídos estava sua suposta contribuição para o estabelecimento da ordem, para o ato histórico de colocar a espécie humana no comando de seu próprio destino. O "trabalho" assim compreendido era a atividade em que se supunha que a humanidade como um todo estava envolvida por seu destino e natureza, e não por escolha, ao fazer história. E o "trabalho" assim definido era um esforço coletivo de que cada membro da espécie humana tinha que participar. O resto não passava de consequência: colocar o trabalho como "condição natural" dos seres humanos, e estar sem trabalho como anormalidade; denunciar o afastamento dessa condição natural como causa da pobreza e da miséria, da privação e da depravação; ordenar homens e mulheres de acordo com o suposto valor da contribuição de seu trabalho ao empreendimento da espécie como um todo; e atribuir ao trabalho o primeiro lugar entre as atividades humanas, por levar ao aperfeiçoamento moral e à elevação geral dos padrões éticos da sociedade.⁴¹

Na modernidade líquida do capitalismo leve, ao contrário do observável na chamada modernidade sólida do capitalismo pesado, o trabalho e as suas certezas tornaram-se transitórias e inconsistentes. Esta transição paradigmática está no centro das preocupações do autor. A obtenção e a constituição da segurança social ontológica clássica via trabalho não se encaixa mais nos tempos atuais. Para demonstrar como isso se deu, é importante realizarmos um estudo sobre as transformações e o sentido do trabalho nas diferentes etapas da modernidade e de seus desdobramentos nas relações laborais.⁴²

⁴¹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 157-158.

⁴² "A passagem do capitalismo pesado ao leve e da modernidade sólida à fluida ou liquefeita é o quadro em que a história do movimento dos trabalhadores foi inscrita." (Ibid., p. 191)

4 PELAS ENTRANHAS DA TRANSIÇÃO

Como vimos, o Estado do Bem-Estar Social teve sua época de ouro após a Segunda Guerra Mundial mantendo-se intacto até por volta de 1973, ano da profunda recessão. Baseado em uma forma de poder político-econômico marcado pela intervenção governamental nas relações de trabalho, na economia, no combate ao desemprego e na assistência previdenciária, procurou assegurar políticas sociais que objetivassem alcançar patamares mínimos de igualdade, a partir das quais haveria espaço para a livre competição.

As últimas três décadas testemunharam o declínio das bases a partir das quais se estruturava a sociedade salarial, com uma crescente instabilidade, crise generalizada dos ganhos de produtividade, queda nos lucros, aumento da taxa de desemprego e progressiva inefetividade política, gerando a necessidade, como vimos, do surgimento de um novo modelo com bases bem opostas.

Analisando esses períodos históricos, Bauman descreve uma série de mudanças que vem ocorrendo na sociedade no que diz respeito ao mundo do trabalho. As “três décadas gloriosas”⁴³, inauguradas no pós Segunda Guerra Mundial e alicerçadas no complexo fordista-keynesiano, o autor denomina como capitalismo pesado.

A nova fase, que emerge após a crise do petróleo dos anos 1970, marcada pela contestação do caráter público do Estado de Bem-Estar Social, período de reestruturação sistêmica e reconstituição econômica, política e social do modelo de estrutura do capitalismo e por uma nova morfologia do trabalho, seria o que o autor denomina de capitalismo leve ou modernidade líquida.⁴⁴

⁴³ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 23.

⁴⁴ “A década de 1970 foi aquela em que os “30 anos gloriosos” da reconstrução do pós-guerra, do pacto social e do otimismo desenvolvimentista que acompanharam o desmantelamento do sistema colonial e a proliferação de “novas nações” estavam caindo no passado, abrindo as portas para o admirável mundo novo de fronteiras removidas ou vazadas, o dilúvio de informações, a globalização galopante, o festival de consumo no norte abastado e um ‘senso de desespero e exclusão cada vez mais profundo em grande parte do resto do mundo’, a partir ‘do espetáculo da riqueza de um lado e da destituição do outro’. Podemos vê-la agora, com o benefício do tempo, como um verdadeiro divisor de águas na história moderna. No final daquela década, o ambiente em que homens e mulheres enfrentavam os desafios da vida havia mudado sub-repticiamente, embora de maneira radical, invalidando as sabedorias existenciais usadas até então e demandando uma profunda revisão e reforma das estratégias de vida.” (BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007, p.55).

No tempo da modernidade sólida ou pesada, capital e trabalho possuíam uma relação relativamente estável através de um engajamento mútuo e de um vínculo de dependência, conforme explica Bauman.⁴⁵

A modernidade sólida era, de fato, também o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela mutualidade de sua dependência. Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro tinha endereço fixo; nenhum dos dois poderia mudar-se com facilidade para outra parte – os muros da grande fábrica abrigavam e mantinham os parceiros numa prisão compartilhada. Capital e trabalhadores estavam unidos, pode-se dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse. A fábrica era seu habitat comum – simultaneamente o campo de batalha para a guerra de trincheiras e lar natural para esperanças e sonhos.⁴⁶

Essa relação forte entre capital e trabalho criou o que o autor chama de *mentalidade de longo prazo*, ou seja, a ideia de que as pessoas que compram trabalho e aquelas que o vendem estão inseparavelmente entrelaçadas em uma união que duraria por muito tempo.

Para resumir: a mentalidade de “longo prazo” constituía uma expectativa nascida da experiência, e da repetida corroboração dessa experiência, de que os destinos das pessoas que compram trabalho e das pessoas que o vendem estão inseparavelmente entrelaçados por muito tempo ainda – em termos práticos, para sempre – e que, portanto, a construção de um modo de convivência suportável corresponde tanto aos “interesses de todos” quanto à negociação das regras de convívio de vizinhança entre os proprietários de casas num mesmo loteamento.⁴⁷

O exemplo clássico da concretude da modernidade sólida apresentado por Bauman é a fábrica fordista, o epítome, ícone do ambiente sólido-moderno, onde as correntes do capital se fixavam num trabalho rotinizado e parcelar, executado mecanicamente através da decomposição das tarefas. A fábrica fordista, segundo Bauman, representava um abrigo seguro para se confiar no futuro, já que capital e trabalho estavam amarrados num encontro face a face sob a perspectiva de horizontes temporais de longo prazo. Capital, administração e trabalho juntos representavam a racionalidade planejada da empresa sólida-moderna.

⁴⁵ [...] “Essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambiguidade, da instabilidade, da idiosincracia, tendo declarado uma guerra santa a todas essas ‘anomalias’” [...].(BAUMAN, 2001, op. cit., p. 33)

⁴⁶ Ibid., p. 166-167.

⁴⁷ Ibid., p. 168.

Na fábrica "fordista", o compromisso com o lado oposto nas relações capital-trabalho era recíproco e de longo prazo, tornando ambos os lados mutuamente dependentes - mas ao mesmo tempo habilitando-os a pensar e planejar para o futuro, influenciá-lo e investir nele. A "fábrica fordista" foi, por essa razão, um lugar de conflito amargo, que explodia ocasionalmente em uma hostilidade aberta (já que a perspectiva de compromisso a longo prazo e a dependência mútua de todas as partes tornavam o confronto direto um investimento razoável e um sacrifício compensador), que ferveu e se inflamou, ainda que isso ficasse oculto. E, no entanto, o mesmo tipo de fábrica era também um abrigo seguro para se confiar no futuro, e portanto para a negociação, o compromisso e a busca de um modo consensual de convivência. Com seus percursos de carreira claramente definidos, suas rotinas cansativas mas tranquilizadamente estáveis, o ritmo lento de mudança na composição das equipes de trabalho, a enorme utilidade das habilidades aprendidas, significando a atribuição de grande valor à experiência de trabalho acumulada, era possível manter os perigos do mercado de trabalho à distância, a incerteza podia ser suavizada, se não inteiramente eliminada, e os medos podiam ser expelidos para o domínio marginal dos "golpes do destino" e dos "acidentes fatais", em vez de saturarem o curso da vida diária. Acima de tudo, os muitos que eram desprovidos de capital, exceto por sua capacidade de trabalhar para outros, podiam contar com a coletividade. A solidariedade transformava sua capacidade de trabalho num capital substituto - e um tipo de capital do qual se esperava, não sem razão, que pudesse contrabalançar o poder combinado de todos os outros.⁴⁸

Para compreender a relação de mútua dependência entre o capital e trabalho no capitalismo pesado, Bauman utiliza a metáfora do casamento, uma união que era para vida toda, onde o divórcio estava fora de questão.

O tempo rotinizado se juntava aos altos muros de tijolos arrematados por arame farpado ou cacos de vidro e portões bem-guardados para proteger o lugar contra intrusos; também impedia que os de dentro saíssem à vontade. A "fábrica fordista", o modelo mais cobiçado e avidamente seguido da racionalidade planejada no tempo da modernidade pesada, era o lugar do encontro face a face, mas também do voto de "até que a morte nos separe" entre o capital e o trabalho. Esse casamento era de conveniência e necessidade - raramente de amor -, mas era para durar "para sempre" (o que quer que isso significasse em termos da vida individual), e com frequência durava. Era essencialmente monogâmico - e para ambas as partes. O divórcio estava fora de questão. Para o bem ou para o mal, as partes unidas no casamento deveriam permanecer unidas; uma não poderia sobreviver sem a outra. O tempo rotinizado prendia o trabalho ao solo, enquanto a massa dos prédios da fábrica, o peso do maquinário e o trabalho permanentemente atado acorrentavam o capital.⁴⁹

De acordo com Bauman, o capital rompeu com a dependência que tinha em relação ao trabalho, tendo agora uma liberdade jamais sonhada antes.

⁴⁸ BAUMAN, 2007, op. cit., p. 65-66.

⁴⁹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 134-135.

Segundo o autor, a mentalidade de longo prazo foi substituída pela mentalidade de curto prazo. A ideia de *longa duração*, ligada ao capitalismo pesado, foi dissipada pela *curta duração*, inerente a dinâmica do capitalismo leve, flexível, típica marca da modernidade líquida.

As mudanças político-econômicas que caracterizam o que se chama de um *regime de acumulação flexível* e que, como vimos, afetaram o mundo do trabalho a partir dos anos 70, distanciaram a perspectiva de emprego estável e permanente. Prevaecem as formas de trabalho precarizadas e degradadas, os empregos temporários e/ou sem contrato, a terceirização e a alta rotatividade.⁵⁰ Nesse contexto, para Bauman

[...] o ingrediente crucial da mudança múltipla é a nova mentalidade de 'curto prazo', que substitui a de 'longo prazo'. Casamentos 'até que a morte os separe' estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver tanto tempo juntos. De acordo com o último cálculo, um jovem americano com um nível médio de educação espera mudar de emprego 11 vezes durante sua vida de trabalho – e o ritmo e frequência da mudança deverão continuar crescendo antes que a vida de trabalho dessa geração acabe. “Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como o conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas até “nova ordem”. **A vida de trabalho está saturada de incertezas.**⁵¹ [grifei]

A este respeito, Richard Sennet desenvolve a ideia de que no capitalismo contemporâneo, o trabalho flexível, temporário, terceirizado, com ênfase no curto prazo, diminui as possibilidades de os trabalhadores desenvolverem experiências e planejamentos de longo prazo e construir uma narrativa linear, segura e coerente para suas vidas na inserção no mercado de trabalho, pois a capacidade de ter que adotar constantemente um comportamento passível de assumir riscos torna-se algo banal em suas vivências laborais.

Essas visões da narrativa, às vezes chamadas “pós-modernas”, refletem na verdade a experiência do tempo na moderna economia política. Um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências – essas são as condições adequadas à

⁵⁰ “Se a ‘ciência da administração’ do capitalismo pesado se centrava em conservar a ‘mão-de-obra’ e forçá-la ou subordiná-la a permanecer de prontidão e trabalhar segundo os prazos, a arte da administração na era do capitalismo leve consiste em manter afastada a ‘mão-de-obra humana’ ou, melhor ainda, forçá-la a sair. Encontros breves substituem engajamentos duradouros. Não se faz uma plantação de limoeiro para espremer um limão.”(BAUMAN, 2001, op. cit., p. 141)

⁵¹ Ibid., p. 169.

experiência de trabalho de curto prazo, a instituições flexíveis e ao constante correr riscos. Mas há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma montagem de fragmentos. Tampouco há qualquer espaço para avaliar a gravidade e a dor do fracasso, se o fracasso é apenas mais um incidente.⁵²

O autor afirma que este modo de produção corrói o caráter do trabalhador, “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (Sennet, p.27, obra já citada). Assim, em sua concepção, sob a lógica do capitalismo flexível, modifica-se a natureza do trabalho e sua organização. Os trabalhadores não procuram construir através de seus empregos projetos de vida duradouros e de longo alcance, o que, conseqüentemente, dificulta a criação de uma identidade a partir do trabalho, e, principalmente, relações interpessoais no contexto laboral que favoreçam a formação de uma comunidade de interesses em comum.

Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de um lugar em lugar, de emprego em emprego.⁵³

Bauman afirma que isso implicou o colapso do pensamento, do planejamento e da ação a longo prazo, uma verdadeira ruptura com a lógica e a sociabilidade típica do capitalismo pesado, tendo efeitos imediatos no modo de ser e agir dos trabalhadores no contexto das relações laborais, levando a um

[...] desmembramento da história política e das vidas individuais numa série de projetos e episódios de curto prazo que são, em princípio, infinitos e não combinam com os tipos de sequências aos quais conceitos como “desenvolvimento”, “maturação”, “carreira” ou “progresso” (todos sugerindo uma ordem de sucessão pré-ordenada) poderiam ser significativamente aplicados. Uma vida assim fragmentada estimula orientações “laterais”, mais do que “verticais”.⁵⁴

O capital estava tão preso ao lugar quanto os trabalhadores que empregava. As pessoas se uniam em torno da fábrica e do seu modelo de organização e gestão, criavam suas identidades, projetavam o futuro e desenvolviam suas capacidades no

⁵² SENNET, Richard, 2010. *A corrosão do caráter*. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 15ª ed. Record, p. 159-160.

⁵³ Ibid., p. 27.

⁵⁴ BAUMAN, 2007, op. cit., p. 09.

lugar em que estavam fixadas através de horizontes e perspectivas de longo prazo. Nesse período

Quem, como jovem aprendiz, tivesse seu primeiro emprego na Ford, poderia ter certeza de terminar sua vida profissional no mesmo lugar. Os horizontes temporais do capitalismo pesado eram de longo prazo. Para os trabalhadores, os horizontes eram desenhados pela perspectiva de emprego por toda a vida dentro de uma empresa que poderia ou não ser imortal, mas cuja a vida seria, (...), muito mais longa que a deles mesmos.⁵⁵

Bauman nos mostra que a dinâmica do trabalho no capitalismo leve da modernidade líquida, ao contrário dos tempos de dependência mútua de longa duração, se assemelha a um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento.

O emprego parece um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento se as vantagens oferecidas não se verificarem ou se forem consideradas insatisfatórias – e não como um domicílio compartilhado onde nos inclinamos a ter trabalho e construir pacientemente regras aceitáveis de convivência. Mark Granover sugeriu que o nosso é um tempo de “laços fracos”, enquanto Sennett propõe que “formas fugazes de associação são mais úteis para as pessoas que conexões de longo prazo.”⁵⁶

A metáfora do acampamento demonstra que a flexibilidade do trabalho experimentada na modernidade líquida não oferece segurança e condições para que os trabalhadores desenvolvam projetos de vida de longo prazo. A relação duradoura entre o trabalhador e o seu emprego, marcado capitalismo pesado, ficou no passado.⁵⁷ A flexibilização, segundo Bauman, trouxe também a necessidade de os trabalhadores permanecerem abertos a novas possibilidades e mudanças através de

⁵⁵ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 168.

⁵⁶ Ibid., p. 171.

⁵⁷ “A família, os colegas de trabalho, a classe e os vizinhos são fluidos demais para que imaginemos sua permanência e os creditemos com a capacidade de quadros de referência confiáveis. A esperança de que ‘nos encontraremos outra vez amanhã’, crença que costumava oferecer todas as razões necessárias para pensar à frente, agir a longo prazo e tecer os passos, um a um, numa trajetória cuidadosamente desenhada da vida transitória e incuravelmente mortal, perdeu muito de sua credibilidade; a probabilidade de que o que encontraremos amanhã será nosso próprio corpo imerso em família, classe, vizinhança e companhia de outros colegas de trabalho inteiramente diferentes ou radicalmente mudados é muito mais crível e, portanto, uma aposta mais segura.” (Ibid., p. 209).

uma postura maleável, devendo aprender a assumir riscos e manter as “janelas abertas” para mudanças de curto prazo.⁵⁸

Quando a utilização do trabalho se torna de curto prazo e precária, tendo sido ele despido de perspectivas firmes (e muito menos garantidas) e portanto tornado episódico, quando virtualmente todas as regras relativas ao jogo das promoções e demissões foram esgotados ou tendem a ser alteradas antes que o jogo termine, há pouca chance de que a lealdade e o compromisso mútuos brotem e se enraízem. Ao contrário dos tempos de dependência mútua de longo prazo, não há quase estímulo para um interesse agudo, sério e crítico por conhecer os empreendimentos comuns e os arranjos a eles relacionados, que de qualquer forma seriam transitórios.⁵⁹

Os trabalhadores, órfãos das certezas do trabalho da era do capitalismo industrial, entram na fase da incerteza do trabalho flexível. Para Bauman, a vida no trabalho sempre foi cheia de incertezas, não havendo, nesse aspecto, algo particularmente novo. Porém, na modernidade líquida, configuram-se incertezas de novo tipo, que assinalam um novo e líquido mundo do trabalho:

[...]. A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a ideia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático. Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio. Isso priva as posições de solidariedade de seus status antigo de táticas racionais e sugere uma estratégia de vida muito diferente da que levou ao estabelecimento das organizações militantes em defesa da classe trabalhadora.[...].⁶⁰

O trabalho não pode mais oferecer um eixo seguro para fixar auto definições, identidades e projetos de vida. Não podendo ser concebido como eixo ético da sociedade e da vida individual, a função do trabalho como elemento planejador na vida dos sujeitos fica dissolvida. O que conta hoje são os seus efeitos imediatos.

[...] Sabem que são dispensáveis, e por isso não veem razões para aderir ou se comprometer com seu trabalho ou entrar numa associação mais durável com seus companheiros de trabalho. Para evitar frustração

⁵⁸ “Esses arranjos de empregos flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo.”(HARVEY, 1996, op. cit., p. 144)

⁵⁹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 171.

⁶⁰ Ibid., p. 170.

iminente, [os sujeitos] tendem a desconfiar de qualquer lealdade em relação ao local de trabalho e relutam em inscrever seus próprios planos de vida em um futuro projetado para a empresa. É uma reação natural a “flexibilidade” do mercado de trabalho, que, quando traduzida na experiência individual de vida, significa que a segurança de longo prazo é a última coisa que se aprende a associar ao trabalho que se realiza.⁶¹

De acordo com Bauman, o trabalho flexível, por ser central na vida da maioria dos sujeitos, colocou-os sob o risco do desemprego e do fracasso profissional, gerando agudas sensações de medo, incerteza, insegurança e ansiedade.⁶² Os trabalhadores revelam relativa indiferença e falta de vínculo em relação ao seu trabalho e aos resultados que dele decorrem. O autor afirma que o trabalho perdeu a centralidade que tinha na era da modernidade sólida do capitalismo pesado, tendo agora uma configuração genuína e principalmente estética, pois raramente se espera que o trabalho “enobreça”, fazendo dos trabalhadores “seres humanos melhores”, e raramente alguém é elogiado pelo trabalho que realiza. O trabalho flexível parece coincidir com as mudanças nas práticas de consumo e culturais, cada vez mais efêmeras, transitórias e caóticas. Segundo Bauman, em nossos tempos líquidos, é no lugar de sujeitos-consumidores que os sujeitos buscam o prazer pelo prazer e a fuga do fracasso profissional e do insucesso social.⁶³ Ele nos mostra que a formação para o trabalho dá lugar para a formação para o consumo, ou seja, o trabalho está submisso ao consumo. Como consequência, tem-se a perda do sentido do trabalho enquanto motor da ação humana para fins de desenvolvimento da criatividade, como meio de realização e expressão de potencialidades e habilidades, enfim, como atividade essencial que coloca os seres humanos de maneira clara e definida no universo da sociedade e da cultura.

⁶¹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 175.

⁶² [...] “As políticas de seguro contra infortúnios individuais sustentadas pelas comunidades, que no curso do século passado vieram a ser coletivamente conhecidas sob o nome de Estado (“do bem-estar”) social, estão sendo agora total ou parcialmente reduzidas e cortadas abaixo do limiar em que seu nível é capaz de validar e sustentar o sentimento de segurança, e portanto também a autoconfiança dos atores. Além disso, o que permanece das instituições existentes dando corpo à promessa original não oferece mais esperança, muito menos confiança, de que sobreviverá a outras e iminentes rodadas de redução.” (BAUMAN, 2007, op. cit., p. 09)

⁶³ Cada vez mais, fugir se torna o nome do jogo mais famoso do momento. Semanticamente, a fuga é o exato oposto da utopia, mas psicologicamente ela é, nas atuais circunstâncias, seu único substituto disponível: pode-se dizer sua nova versão, atualizada e no estado-da-arte, remodelada sob medida para nossa desregulamentada e individualizada sociedade de consumidores. Você já não espera seriamente fazer do mundo um lugar melhor para se viver; não consegue sequer tornar realmente seguro aquele melhor lugar do mundo que resolveu construir para si mesmo. A insegurança veio para ficar, não importa o que aconteça. Mais que tudo, “boa sorte” significa manter longe a “má sorte”. (Ibid., p. 109)

O trabalho já não se materializa enquanto uma vocação para vida toda como na fábrica fordista. Segundo Bauman, o trabalho que antes andava de mãos dadas e possuía uma forte dependência com o capital, estaria agora, em nossos tempos líquidos, intimamente ligado com a lógica do consumo. Na modernidade líquida, trabalho e aquisição de bens materiais são vistos e vividos da mesma forma. “El valor y el glamour del trabajo se miden hoy en día con parámetros establecidos para la experiencia del consumidor”.⁶⁴

Esse conjunto de mudanças fez emergir o que Antunes⁶⁵ denomina como o fenômeno social do *estranhamento* no processo laborativo, caracterizado pelo enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho. Segundo o autor, além do espaço da produção, as manifestações do estranhamento atingiram

[...] ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos.⁶⁶

De acordo com Bauman, o trabalho passou a ser condição, um meio para o lazer-consumo, perdendo o estatuto de fim em si, de fundamento ético da sociedade e da vida individual enquanto motor de desenvolvimento social e pessoal.⁶⁷ Nesse sentido, o autor afirma que

A pessoa é medida e avaliada por sua capacidade de entreter e alegrar, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto as necessidades e desejos estéticos do consumidor, que procura sensações e coleciona experiências.⁶⁸

⁶⁴ Zygmunt, Bauman. *La sociedad sitiada* – 1ª ed. 5a reimp. - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 185.

⁶⁵ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 2008,

⁶⁶ *Ibid.*, p. 94.

⁶⁷ “Na sociedade do trabalho compulsivo, o consumo também é compulsivo. A diversão é controlada no interior da função-consumo da mercadoria. Por isso, do ponto de vista ideológico, o hedonismo consumista torna-se a maior arma de funcionamento do sistema, em sua forma de operar, pois torna o trabalho e a supressão do tempo uma obrigação para o *lazer-consumo*, criando uma cíclica forma de dirigir os espíritos pelo controle do que se possui, do que se consome e do que se tem. Assim, o próprio tempo ocioso deve ser preenchido com atividades, como se a experiência do tempo, de ‘estar com o tempo’ e somente ‘ao lado do tempo’ fosse extremamente incômoda; todos são premidos ao dever de ‘usar o tempo’, o que significa, ‘consumir o tempo’”. (BITTAR, Eduardo C.B. *Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito*, São Paulo, Saraiva, p.197-198.

⁶⁸ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 161.

Em suas reflexões sua sobre as mudanças no mundo do trabalho, Bauman (1999b), além das metáforas do casamento e do acampamento aqui já explicitadas, destaca também a metáforas do “turista” e do “vagabundo”, afirmando que a oposição entre ambos é a maior e principal fonte de divisão e dominação da sociedade contemporânea, já que o poder hoje é determinado pela capacidade de se mover. O capital leve e flutuante em um tempo/espaço flexível e em constante mutação é o principal fator responsável por gerar incertezas para os vagabundos. Ambos são consumidores colecionadores de emoções e experiências, porém os turistas são aqueles que possuem liberdade de escolha, que recusam qualquer forma de fixação, preferindo e considerando essa estratégia de vida mais racional. Movimentam-se livremente e, a seu bel prazer, saem e chegam a qualquer tempo e para qualquer espaço em busca de novos desejos e oportunidades. São consumidores/viajantes por opção, permanecendo num lugar enquanto durarem suas satisfações. Por outro lado, os vagabundos são os restos, refugos do mundo que não possuem permissão para ficarem parados, vivendo em uma indesejável mobilidade e tendo negado seus direitos de serem turistas. São “turistas involuntários”, consumidores frustrados e falhos que se dedicarão aos serviços para os turistas através de empregos temporários, informais e precarizados.

As pessoas que se movem e agem com maior rapidez, que mais se aproximam do momentâneo do movimento, são as pessoas que agora mandam. E são as pessoas que não podem se mover tão rápido – e, de modo ainda mais claro, a categoria das pessoas que não podem deixar seu lugar quando quiserem – as que obedecem. A dominação consiste em nossa própria capacidade de escapar, de nos desengajarmos, de “estar em outro lugar”, e no direito de decidir sobre a velocidade com que isso será feito – e ao mesmo tempo de destituir os que estão do lado dominado de sua capacidade de parar, ou de limitar seus movimentos ou ainda torná-los mais lentos. A batalha contemporânea da dominação é travada entre forças que empunham, respectivamente, as armas da aceleração e da procrastinação.⁶⁹

A modernidade sólida era o lugar do encontro face a face entre capital trabalho. Essa característica da modernidade sólida concretizava a relação de longo prazo e de mútua dependência entre trabalhador e empregador. De acordo com Bauman, esse aspecto se apresenta de uma nova maneira na sociedade atual. O poder e o capital agora são extraterritoriais. O poder das elites é garantido através

⁶⁹ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 139.

da extraterritorialidade e da inacessibilidade, do isolamento corpóreo e material através da aceleração compulsiva do tempo e do domínio total do espaço, expondo todos os lugares do planeta à livre ação da globalização econômica.

A modernidade pesada mantinha capital e trabalho numa gaiola de ferro de que não podiam escapar. A modernidade leve permitiu que um dos parceiros saísse da gaiola. A modernidade “sólida” era uma era de engajamento mútuo. A modernidade “fluida” é a época do desengajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil. Na modernidade “líquida” mandam os mais escapadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível.⁷⁰

Segundo Bauman, o poder na era da liquidez do capitalismo leve não é mais aquele que se materializava na padronização e disciplina da fábrica fordista e na torre de controle panóptica. A elite global não tem mais o interesse de governar a partir de um centro, de um território, pois ela é cada vez mais desterritorializada e inacessível, vivendo em contínua mobilidade espacial, pois “As principais técnicas do poder agora são a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial [...]”.⁷¹

Bauman afirma que vivemos na era Pós-Panóptica, marcada pelo fim da era do engajamento mútuo entre capital e trabalho.⁷²

O trabalho foi libertado do Panóptico, mas, o que é mais importante, o capital se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo; o capital ficou livre da tarefa que o prendia e o forçava ao enfrentamento direto com os agentes explorados em nome de sua reprodução e engrandecimento. O trabalho sem corpo da era do software não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante. A descorporificação do trabalho anuncia a ausência de peso do capital. Sua dependência mútua foi unilateralmente rompida: enquanto a capacidade do trabalho é, como antes, incompleta e irrealizável isoladamente, o inverso não mais se aplica.⁷³

Nas últimas décadas, assistimos ao fenômeno da globalização, eliminando fronteiras, expandindo vastas e intensas interações transnacionais, tornando o capital móbil e desregulamentado, permitindo o acesso à tecnologia, aumentando de

⁷⁰ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 140.

⁷¹ Ibid., p. 18.

⁷² [...] “Em outras palavras, o que se faz necessário são novas condições que favoreceriam hábitos e atitudes diametralmente opostos àquele que a ética do trabalho professava e que eram promovidos pelas instituições panópticas encarregadas de implementar essa ética. Os trabalhadores devem desaprender a dedicação ao trabalho duramente adquirida e o apego emocional duramente conquistado ao local de trabalho, assim como o envolvimento pessoal no conforto desse ambiente.” (BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*, Zahar, 1999b, p. 119).

⁷³ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 141.

maneira vertiginosa o fluxo e as redes de informação e fazendo dos países em desenvolvimento centros de produção. Desde meados dos anos 70, um conjunto de transformações políticas, organizacionais, financeiras, comerciais e tecnológicas ocorre em nível mundial, estabelecendo um novo padrão de acumulação, denominado, como já vimos acumulação flexível. Assim, devemos reconhecer esse processo dentro da globalização econômica. O atual processo de reestruturação produtiva vem se produzindo desde os anos 70 dentro de um processo mundial de transformações e não no âmbito específico de qualquer país ou região.⁷⁴ Kumar expressa os efeitos dessas transformações:

A maioria dos teóricos afirma que as sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo e individualismo. Isso se relacionaria em parte com as mudanças ocorridas na organização do trabalho e na tecnologia, destacadas pelos teóricos pós-fordistas. Pode ser associado também ao declínio da nação-estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é agora muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais.⁷⁵

Para Bauman, a ordem e a relação espaço-tempo assume agora um novo significado, sendo a principal ferramenta de dominação e de poder, permitindo passar, atravessar e conquistar quase que instantaneamente um lugar a partir de outro bem distante. Pautada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pelos meios artificiais de transporte, uma verdadeira transformação e revolução do ciberespaço, a globalização, segundo o autor, começa

quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida. [...].⁷⁶

⁷⁴ "Isso sugere que a tensão que sempre existiu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos. Isso, porém, não implica necessariamente que o capitalismo esteja ficando mais 'desorganizado', como sugerem Offe (1985) e Lash e Urry (1987). Porque o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional." (HARVEY, 1996, op. cit., p. 150-151)

⁷⁵ KUMAR, 1997, op. cit., p. 132.

⁷⁶ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 15.

No mesmo sentido, argumenta Anthony Giddens:

A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. Eu a defino como ação a distância, e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa. (...) A globalização não diz respeito apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também (nessa nova relação tempo-espaço) à transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por atividades que ocorrem do outro lado do mundo. De modo oposto, hábitos dos estilos de vida locais tornaram-se globalmente determinantes.⁷⁷

Nesse cenário, segundo Bernardo Gonçalves Fernandes,

[...] surgem novas relações de poder e de concorrência, novos conflitos e incompatibilidades, entre atores e unidades do Estado nacional por um lado, e atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais pelo outro. Diante desse quadro, a globalização significa também os processos em cujo andamento os Estados Nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem “a interferência cruzada” de atores transnacionais.⁷⁸

Bauman afirma que o Estado-Nação não é mais suficientemente capaz de, com suas próprias forças, proteger a sociedade, pois parcelas significativas de sua soberania e decidibilidade são transferidas e/ou dependentes de uma multiplicidade de órgãos externos, o que gera inefetividade e incapacidade política de gerir a vida social interna.⁷⁹

A sociedade não é mais protegida pelo estado, ou pelo menos é pouco é provável que confie na proteção oferecida por este. Ela agora está exposta à rapacidade de forças que não controla e não espera, nem pretende, recapturar e dominar. É por essa razão, em primeiro lugar, que os governos dos Estados em luta, dia após dia, para resistir às tempestades atuais, caminham aos tropeções de uma campanha ad hoc de administração da crise e de um conjunto de medidas de emergência para outro, sonhando apenas permanecer no poder após a próxima eleição, mas desprovidos de programas ou ambições de longo alcance, que dirá de projetos para uma solução radical dos problemas recorrentes da nação. “Aberto” e cada vez mais indefeso de ambos os lados, o Estado-nação perde sua força, que

⁷⁷ GIDDENS, Anthony apud FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Direito Constitucional e democracia: entre a globalização e o risco*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011, p.33.

⁷⁸ FERNANDES, 2011, op. cit., p. 35-36.

⁷⁹ “A nova solidão de corpo e comunidade é o resultado de um amplo conjunto de mudanças importantes subsumidas na rubrica modernidade líquida. Uma mudança no conjunto é, contudo, de particular importância: a renúncia, adiamento ou abandono, pelo Estado, de todas as principais responsabilidades em seu papel como maior provedor (talvez mesmo monopolístico) de certeza, segurança e garantias, seguido de sua recusa em endossar as aspirações de certeza, segurança e garantia de seus cidadãos.” (BAUMAN, 2001, op. cit., p. 211).

agora se evapora no espaço global, assim como a sagacidade e a destreza políticas, cada vez mais relegadas à esfera da “vida política” individual e “subsidiadas” a homens e mulheres.⁸⁰

Bernardo Gonçalves⁸¹ afirma que isso trás como consequência

uma enorme facilidade para as indústrias se transferirem, ou como dizem as empresas, (re) localizarem suas plantas industriais e unidades de trabalho, de acordo com seus interesses estratégicos e cálculos de retorno financeiro. Assim sendo, é dado aos conglomerados transnacionais um enorme poder de barganha ou de negociação (um verdadeiro leilão) com os Estados, que se preocupam com a geração de empregos, já escassa, e com investimentos e fluxos de capitais externos para o crescimento econômico.⁸²

O Estado-Nação passa a sofrer ingerências de atores externos no diz respeito a sua capacidade de definir autonomamente sobre seus instrumentos e políticas econômicas, agora sob a égide e dependência de instituições transnacionais muito além de suas fronteiras. De acordo com Bauman, os Estados oferecem incentivos fiscais para as grandes empresas, que se deslocam para áreas onde existe mão-de-obra abundante e barata com baixo nível de organização dos trabalhadores e com atividade sindical enfraquecida, impondo à classe trabalhadora um modelo de flexibilização desfavorável.⁸³ Desse modo, cria-se um clima favorável para as grandes empresas se instalarem através de incentivos fiscais, flexibilização legislativa, menos cobrança ou não cobrança de impostos.⁸⁴ Segundo o autor

⁸⁰ BAUMAN, 2007, op. cit., p. 31.

⁸¹ FERNANDES, 2011, op. cit., p. 78.

⁸² Em relação a isso, Harvey argumenta que “foram abertas as arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo tão típica da era fordista. Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um ‘bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter por meios distintos dos controles de câmbio a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas.” (HARVEY, 1996, op. cit., p. 161)

⁸³ “Como o ovo da serpente, o fenômeno da globalização econômica encerra um potencial altamente conflitivo e, acima de tudo fragmentador e segmentador: quanto mais veloz é sua expansão, mais intensa acaba sendo a exclusão social por ele propiciada, com impacto diferenciado em termos locais, regionais, nacionais e continentais; quanto maior é a eficiência trazida pelo paradigma da “especialização flexível da produção” ou “pós-fordista” e pela geração, controle e manipulação da tecnologia da informação, maiores tendem a ser o desemprego aberto, a desocupação estrutural, a degradação de salários diretos, a extinção dos salários indiretos, o progressivo desmantelamento dos mecanismos de seguridade social, a precarização das condições de trabalho e a utilização massiva da mão-de-obra desprovida de direitos elementares ou mínimos.” (FERNANDES, 2011, op. cit., p. 92)

⁸⁴ “Parece haver pouca esperança de resgatar os serviços de certeza, segurança e garantias do Estado. A liberdade da política do Estado é incansavelmente erodida pelos novos poderes globais providos das terríveis armas da extraterritorialidade, velocidade de movimento e capacidade de evasão e fuga; a retribuição pela violação do novo estatuto global é rápida e impiedosa. De fato, a

[...] isso pode ser feito ou tentado (para usar o jargão comum à política da era do livre comércio) "criando melhores condições para a livre empresa" o que significa ajustar o jogo político às regras da "livre empresa"- isto é, usando todo o poder regulador à disposição do governo a serviço da desregulação, do desmantelamento e destruição das leis e estatutos "restritivos às empresas" de modo a dar credibilidade e poder de persuasão à promessa do governo de que seus poderes reguladores não serão utilizados para restringir as liberdades do capital; evitando qualquer movimento que possa dar a impressão de que o território politicamente administrado pelo governo é pouco hospitaleiro com os usos, expectativas e todas as realizações futuras do capital que pensa e age globalmente, ou menos hospitaleiro que as terras administradas pelos vizinhos mais próximos. Na prática, isso significa baixos impostos, menos regras e, acima de tudo, um "mercado de trabalho flexível" Em termos mais gerais, significa uma população dócil, incapaz ou não-desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer decisão que o capital venha a tomar. Paradoxalmente, os governos podem ter a esperança de manter o capital em seu lugar apenas se o convencerem de que ele está livre para ir embora - com ou sem aviso prévio.⁸⁵

Todas essas transformações afetam também o poder do Estado-nação como legítimo possuidor do monopólio de promulgar regras, pois o mesmo deve levar em conta os influxos, requisições e condicionalidades advindas do mercado e de organismos multilaterais para promulgar leis nacionais, que impõem, inclusive, orientação macroeconômica aos Estados.

[...] O Estado, enquanto instância central da regulação, estaria superado por instâncias e pretensões legitimadoras de nível superior (organismos internacionais como o FMI e de nível inferior de caráter não necessariamente público (tal como empresas transnacionais)).⁸⁶ Ainda, a interdependência econômica e financeira crescente dos países, bem como a complexidade de problemas com implicações transnacionais (como o meio ambiente, o tráfico de drogas etc). levaram a impossibilidade da produção e aplicação central das regras jurídicas e, consequentemente, a uma crise direito estatal. O Estado estaria perdendo a pretensão na detenção do monopólio de promulgar regras. A internacionalização e a

recusa a participar do jogo nas novas regras globais é o crime a ser mais impiedosamente punido, crime que o poder do Estado, preso ao solo por sua própria soberania territorialmente definida, deve impedir-se de cometer e evitar a qualquer custo. Muitas vezes a punição é econômica. Governos insubordinados, culpados de políticas protecionistas ou provisões públicas generosas para os setores 'economicamente dispensáveis' de suas populações e de não deixar o país a mercê dos 'mercados financeiros globais' e do 'livre comercio global', têm seus empréstimos recusados e negada a redução de suas dívidas; as moedas locais são transformadas em leprosas globais, pressionadas à desvalorização e sofrem ataques especulativos; as ações locais caem nas bolsas globais; o país é isolado por sanções econômicas e passa a ser tratado por parceiros comerciais passados e futuros como um pária global; os investidores globais cortam suas perdas antecipadas, embalam seus pertences e retiram seus ativos, deixando que as autoridades locais limpem os resíduos e resgatem as vítimas." (BAUMAN, 2001, op. cit., p. 212-213)

⁸⁵ Ibid., p. 172-173.

⁸⁶ ROTH, André-Noel apud Dorneles, Leandro do Amaral de. *O mundo do trabalho diante da globalização*, p. 91.

maior mobilidade empresarial e produtiva permitiriam às empresas “jogar” de forma fácil e eficiente com as diferentes legislações nacionais.⁸⁷

Nesse quadro, o capital está exigindo o desmonte da legislação social protetora do trabalho, afetando os princípios básicos do Direito do Trabalho e da sua lógica preservacionista, pois o Estado deve levar em conta a situação do mercado internacional e suas oscilações para promulgar suas leis, sob pena de perder competitividade. O Estado na “nova” economia-mundo estaria

diminuído em seu poder de intervenção e muitas vezes, constringido a compartilhar sua titularidade de iniciativa legislativa com diferentes forças que transcendem o nível nacional, ou seja: limitado em suas políticas fiscais, em seus instrumentos de direção e em suas estratégias de planejamento; obrigado a levar em conta antes o contexto econômico – financeiro internacional do que as próprias pressões, anseios, expectativas e reivindicações nacionais e restrito ao papel de articulador e controlador da auto-regulação.⁸⁸

Bauman afirma que a exposição dos trabalhadores aos caprichos da flexibilidade do mercado de mão de obra e de mercadorias inspira e promove a desintegração dos laços sociais e das agências de ação coletiva, como a classe, o Estado-Nação e a cidadania, promovendo atitudes competitivas, individualistas e o enfraquecimento da solidariedade social. Com a liquefação desses padrões de referência que balizavam a ordem social nos tempos da modernidade sólida, ficou a cargo dos indivíduos enfrentarem solitariamente os dilemas gerados em nossos tempos líquidos.⁸⁹ Segundo o autor:

Com o progressivo dismantelamento das defesas construídas e mantidas pelo Estado contra os temores existências, com os arranjos para a defesa coletiva, como sindicatos e outros instrumentos de barganha, com cada vez menos poder devido às pressões da competição de mercado que solapam as solidariedades dos fracos, passa a ser tarefa do indivíduo procurar,

⁸⁷ DORNELES, Leandro do Amaral de. *O mundo do trabalho diante da globalização*, p. 91.

⁸⁸ FARIA, José Eduardo apud FERNANDES, Bernardo Gonçalves, obra já citada, p. 150.

⁸⁹ “Há um grande e crescente abismo entre a condição de indivíduos de jure e suas chances de se tornar indivíduos de facto – isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. É desse abismo que emanam os eflúvios mais venenosos que contaminam a vida dos indivíduos contemporâneos. Esse abismo não pode ser transposto apenas por esforços individuais: não pelos meios e recursos disponíveis dentro da política vida auto-administrada. Transpor o abismo é a tarefa da Política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, e particularmente da ágora, aquele lugar intermediário, público/privado, onde a política-vida encontra a Política com P maiúsculo, onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas.” (BAUMAN, 2001, op. cit., p. 48-49)

encontrar e praticar soluções individuais para problemas socialmente produzidos, assim como tentar tudo isso por meio de ações individuais, solitárias, estando munido de ferramentas e recursos flagrantemente inadequados para essa tarefa. As mensagens dirigidas dos centros do poder político tanto para os ricos como para os infelizes apresentam mais flexibilidade como a única cura para uma insegurança já insustentável – e assim retratam a perspectiva de mais incerteza, mais privatização dos problemas, mais solidão e impotência e, na verdade, mais incerteza ainda. Elas excluem a possibilidade de uma segurança existencial que se baseie em alicerces coletivos e assim não oferecem incentivo a ações solidárias; em lugar disso, encorajam seus ouvintes a se concentrarem na sua sobrevivência individual ao estilo “cada um por si e Deus por todos”- num mundo incuravelmente fragmentado e atomizado, e portanto cada vez mais incerto e imprevisível.⁹⁰

A nova dominação econômica extraterritorial que se manifesta na expansão livre dos mercados mundiais ocasiona desregulamentação política, social e econômica, além de um processo de individualização, desengajamento coletivo e privatização do espaço público.⁹¹ Vivemos, segundo Bauman, em uma patologia do espaço público, numa patologia, enfraquecimento e crise da política. Segundo o autor, a pressão das forças globalizadoras afasta cada vez mais a política e o poder,

[...] a dupla da qual se esperava, desde o surgimento do Estado moderno e até muito recentemente, que compartilhasse as fundações do Estado-nação “até que a morte os separasse”. Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global (e em muitos casos extraterritorial) politicamente descontrolado, enquanto a política – a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação – é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local. A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontrolável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes. Entre ambos, os dois resultados inter-relacionados desse divórcio obrigam ou encorajam os órgãos do Estado a abandonar, transferir ou (para usar os termos que entraram recentemente na moda no jargão político) “subsidiar” e “terceirizar” um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente. Abandonadas pelo Estado, essas funções se tornam um playground para as forças do mercado, notoriamente volúveis e inerentemente imprevisíveis, e/ou são deixadas para a iniciativa privada e aos cuidados dos indivíduos.⁹²

⁹⁰ BAUMAN, 2007, op. cit., p. 20.

⁹¹ [...] “A natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política”. (HARVEY, 1996, op. cit., p. 179)

⁹² BAUMAN, 2007, op. cit., p. 08.

De acordo com Bauman, a luta pela recuperação da política é uma luta emancipatória. Unir o poder e a política é uma questão de extrema importância estratégica para a concretização de outros patamares civilizatórios no mundo do trabalho. Resgatar o espaço público como espaço de ação coletiva é fundamental para que a lógica do trabalho seja rearranjada no momento em que a modernidade torna-se cada vez mais individualizada e privatizada, onde é impossível pensar em aprimorar a democracia e resgatar um projeto de classe trabalhadora em um cenário onde

[...] o espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas. Ele deixa de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas. Na ponta da corda que sofre as pressões individualizantes, os indivíduos estão sendo, gradual mas consistentemente, despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses de cidadãos.⁹³

Portanto, percebemos que para Bauman, torna-se imperioso, para que os trabalhadores enfrentem todas as metamorfoses nas quais o mundo do trabalho tem sido submetido no capitalismo em sua fase leve e os desafios que lhes são impostos, uma redefinição do alcance da soberania e o fortalecimento do Estado-Nação, o aprimoramento da democracia, a participação política e a tomada de posições, um novo comportamento social e um exercício da cidadania que sirva como escudo protetor contra a lógica desumana e dessocializadora das relações de trabalho degradadas, transitórias, concorrenciais, eliminatórias e excludentes dos nossos tempos líquidos que tem minado a coesão social dos trabalhadores no sentido da participação em processos de formação política, pois, segundo o autor, “a verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da ‘esfera pública’ e do ‘poder público’.”⁹⁴, sendo, nesse sentido, indispensável a atuação do Estado nesse processo.

⁹³ BAUMAN, 2001, op. cit., p. 50

⁹⁴ Ibid., p. 62.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes e profundas transformações enfrentadas pelo mundo do trabalho, fortemente delimitadas a partir da década de 1970, nos distanciam cada vez mais da visão de emprego estável e permanente.

Prevalece, na atual condição do capitalismo leve, a precarização das condições de trabalho, a informalização de suas relações, a flexibilização das suas normas, a terceirização e a negação de direitos historicamente conquistados, entre outras medidas que são consequências diretas da lógica neoliberal e globalizante que vem imperando nas últimas décadas e que afetaram os processos de trabalho, a qualificação da força de trabalho, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

No que tange aos regimes e contratos de trabalho, a acumulação flexível é marcada pela efemeridade e pela institucionalização e socialização da insegurança. Os arranjos de emprego flexível impedem a geração de laços duradouros do indivíduo com o trabalho e com o ambiente de trabalho, abrindo a possibilidade para a perda de referência socializadora tradicionalmente cultivada pelo mesmo. Frente a esse processo de mudanças, há uma crescente insegurança e incerteza diante do futuro e do próprio presente, profundas modificações sociais que afetam os trabalhadores e a força de enfrentamento classista e ideológico que existia nos limites da fábrica fordista do capitalismo pesado, pois o trabalho, desprovido de significação, sem suporte social e não reconhecido, faz com que o trabalhador não se reconheça como parte de um grupo (identificação social e individual) e não atribua sentido ao trabalho, não se realizando como ser humano.

A reorganização do mundo do trabalho na economia globalizada, marcado por configurações de instabilidade e movimento, é, portanto, um verdadeiro paradoxo: gerando incertezas em todos os aspectos do trabalho (mercado, emprego, renda e representação), requerendo um tipo de trabalhador capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, constitui-se na realidade numa desorganização, que está refletindo também no modo de viver dos trabalhadores, nos seus modos de pensar e sentir a vida.

O poder dos sindicatos (uma das colunas políticas do regime fordista), a organização e as lutas coletivas são desconstruídas e obstaculizadas pelos esquemas de contratos de trabalho em tempo parciais e temporários, os quais

impedem o desenvolvimento de ações políticas organizadas por parte dos trabalhadores. O Estado – nação já não é mais o responsável pelo seu próprio destino. O poder político do Estado está colocado frente a frente com o mercado e encontra-se dele dependente, o que dificulta uma postura ativa na defesa dos princípios básicos do Direito do Trabalho e da sua lógica preservacionista. É impossível controlar dinâmicas que extrapolam seus limites territoriais, o que faz com que ele tenha seu poder de decisão e de proteção da sociedade reduzidos. Ao mesmo tempo em que o Estado perde sua identidade, as instituições multilaterais tornam-se muito mais fortalecidas, pois passam a influenciar em sua soberania.

Novos fatores econômicos, tecnológicos e políticos impõem novos desafios à classe trabalhadora. Descontínua da modernidade ou não, decorrente do sistema de produção de acumulação flexível, uma nova sociedade do trabalho foi formada com diretrizes que acentuam sentidos de diferenciação, diversificação, pluralismo, heterogeneidade, descontinuidade, imediatidade, fugacidade, instantaneidade, efemeridade, sentidos de espetáculo, exagero, superficialidade, importância às aparências. São todos valores inerentes ao sistema de produção contemporâneo e ao mesmo tempo identificáveis no sentido pós-moderno da cultura. Assim, podemos perceber nitidamente aspectos que caracterizam a liquidez moderna proposta por Bauman presentes no mundo do trabalho. O “trabalho líquido” do capitalismo leve, se assim podemos chamá-lo, diria respeito ao trabalho com pouca ou nenhuma estabilidade, precário e degradado, com direitos diferenciados ou diminuídos, como os empregos temporários e/ou sem contrato, terceirizados, com alta rotatividade e de curto prazo.

Percebemos que as questões aqui debatidas estão colocadas em um tempo/espço marcado pela alta velocidade, pela obsolescência, pela volatilidade, pelas incertezas e flexibilidade, mas também abrem imensas possibilidades de se criar algo novo, como pudemos perceber na obra de Bauman. Diagnosticamos na obra do autor, com muita ênfase, a necessidade de resgatarmos o espaço público. Talvez aqui esteja a primeira âncora a ser lançada ao mar pelos trabalhadores: encontrar pontos de referências de atuação para a cidadania nos formatos da própria sociedade pós-moderna globalizada e da flexibilização, resgatando o espaço público e o poder público, repolitizando a política e reapropriando-se das ferramentas da cidadania para a construção de espaços voltados para o verdadeiro desenvolvimento da vida pública. O Estado-nação, fundido com a sociedade civil,

deve dar um novo vigor e sentido à ação e a política pública, renovando-se a partir do preenchimento dos espaços de poder e fazendo dos trabalhadores atores centrais na organização social e econômica, assegurando-lhes o mais amplo acesso à cidadania através do gozo de garantias e direitos que os qualifiquem no plano cívico e político.

A política tradicional, segundo Bauman, não serve mais como centro doador e tradutor de sentido das aspirações e desejos individuais e coletivos, o que termina por transferir para o cidadão parte das tomadas de decisões de como ser e agir, ficando sob sua responsabilidade restaurar as solidariedades desintegradas. No gigantismo desfronteirizado do mundo global, o que predomina são incertezas individuais e coletivas, geradas pelo próprio processo de desterritorialização do poder e do capital e abertura do Estado-nação.

Em arenas cada vez mais esvaziadas de cidadãos, a heterogeneidade e a fragmentação da força de trabalho tornam-se exacerbadas e, com isso, a articulação de um projeto político baseado na promoção dos interesses de uma classe trabalhadora determinada e mais aglutinada, fundada em um sentimento de pertencimento de classe, torna-se difícil. A grande mensagem trazida por Bauman, em um cenário em que a acumulação flexível diminui consideravelmente a possibilidade de ser turista e aumenta, assustadoramente, a de ser vagabundo, onde os trabalhadores perderam a referência do associativismo, da solidariedade, do viés cooperativista, da resolução dos problemas sociais pela práxis da política, é a necessidade de repovoarmos e redesenharmos a hoje quase vazia ágora - o lugar, segundo ele, de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, privado e público, lugar de manifestação, em toda sua plenitude, da Política com P maiúsculo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

_____. *La sociedad sitiada* – 1ª ed. 5a reimp. - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999^a.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BITTAR, Eduardo C.B. *Democracia, justiça e direitos humanos*: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A aflição de uma vida líquida. In: *Revista Filosofia Ciência & Vida*. São Paulo: Editora Escala, p. 1-4. Disponível em: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/Edicoes/58/artigo214649-1.asp>. Acesso em 18/07/2016.

EVANGELISTA, João Emanuel. “Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna”. In: *Revista Novos Rumos*, São Paulo, nº 34, 2001.

_____. *Teoria social pós-moderna*: introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Direito Constitucional e democracia*: entre a globalização e o risco. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. “Modernidade – um projeto inacabado”. In: ARANTES, O. & ARANTES, P.: Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. br. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LIPOVETSKI, Gilles. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo: Manole, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo social*, São Paulo, vol.16, n.1, p. 301-325, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015. Acesso em: 20/07/2016

RODRIGUES, Mavi Pacheco. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador protopós-moderno*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 15ª ed. Record, 2010.